

Romance e história

Letícia Malard

¹. NINA, Marcelo Della. O grande salto para a História. *Jornal do Brasil. Idéias*. Rio de Janeiro, 21 de setembro de 1991. p. 6-8.

Em uma reportagem intitulada “O grande salto para a História”, Marcelo Della Nina entrevista algumas pessoas – professores de literatura, escritores e editores – sobre o *boom*, na década de 90, de romances pautados em fatos históricos.¹ Meus propósitos neste texto são, com o objetivo de ampliar o diálogo quatro anos depois, comentar o que disseram essas pessoas, e, como desdobramento, especular sobre relações, tanto as perigosas quanto as seguras, entre Literatura e História.

Paulo Amador, autor de *Rei branco, rainha negra*, romance que narra a vida de Chica da Silva, declarou que o novo romance histórico tem três razões de ser: a necessidade de se procurarem mitos de moralidade e de se reencontrarem heróis num país em crise; o comportamento do leitor – que entende o romance histórico, gosta dele e não tem vergonha de dizer que o está lendo; a saída do impasse entre a chatice do *nouveau roman* e o *best-seller* americano de baixa qualidade.

A questão da crise do País apontada por Amador – o Brasil do *empeachment* de Fernando Collor – poderia ser estendida para o mundo da globalização pós-queda do Muro de Berlim, uma vez que a atual corrida a fontes históricas para transformação em matéria romanesca é universal. A literatura reproduziria, dessa maneira, o que se passa na vida político-social em suas tentativas de buscar mitos de moralidade no passado e reencontrar heróis.

Sem entrar no mérito dos acontecimentos, nota-se que, por esse caminho, tanto na Literatura quanto na Vida, ao invés de se construir o novo está-se tentando reconstruir o velho. Ou, em muitos casos, o velhíssimo. Vejamos um exemplo universalista: A cidade russa de São Petersburgo, que já se chamou Petrogrado e depois Leningrado, volta a ter o nome cristão primitivo. Apagou-se-lhe não só a memória urbanística, das mais belas do planeta (edificada por Pedro, o Grande, de quem herdou o nome em 1914), como também a política (recebeu Lenin na volta do exílio, nela se iniciou a Revolução de Outubro e foi palco da resistência popular antinazista durante a Segunda Guerra Mundial). No que se pretendeu voltar às raízes identitárias através da restauração do nome primitivo, acabou-se por trazer para a atualidade, junto com o nome, todos os signos nele inscritos: São Petersburgo, nome que evoca a era de esplendor dos czares e da nobreza – em especial a do sanguinário Nicolau II – era em que grassava a miséria entre o povo, a níveis insuportáveis. Nesse talvez falacioso reencontro da identidade perdida, Leningrado passa a ser, dentro de São Petersburgo, aquele *resíduo de infelicidade* referido por Marco Polo ao Grande Khan. No imaginário dos petersburgueses, os símbolos de Leningrado foram recalçados. Dela só restam cinzas recolhidas por algum Marco. Jamais *poderá ser reconstruída nem recordada*, diria ele.² E a editora Ars Poética não perdeu tempo: em 1992, traduziu para o português o romance então de vanguarda *Petersburgo*, de Andrei Biéli, cuja última edição em russo era de 1928.

Essa reconstrução do velho é uma faca de dois gumes e tem seus reflexos na literatura. Reencontrar heróis do passado (que passado?), visando a esquecer crises, pode corresponder não só a uma saudável busca de identidade, como também à crença liberal saudosista de que existe uma nação concebida como de todos e/ou para todos. No caso do citado romance de Paulo Amador, de que gosto muito e que foi escrito especialmente com vistas à instituição escolar, teme-se que muitos professores desavisados induzam os estudantes a enxergarem no livro, já a partir do título, uma convivência entre raças idealizada porque sem preconceitos, e, o que é pior: historicamente existente desde o Brasil-Colônia.

Quanto ao gosto do leitor graças à clareza do texto (do romance histórico em geral), a seu entendimento e o orgulhar-se de estar lendo episódios ficcionalizados de nossa história, não há o que discutir. Acrescentaria, ainda, outro motivo: A preferência por esse tipo de literatura poderia corresponder à rejeição de narrativas inventadas do nada, (ainda que se tenha como certo que toda narrativa se constitui em transformação das que a antecederam) ou seja: os leitores comuns estariam perdendo o interesse por ficções originárias do imaginário/imaginação de um sujeito individualizado. Na era da mídia e da produção para o mercado altamente sofisticadas, os juízos de valor se pulverizam como nunca, os limites entre a boa e a má literatura estão obscu-

². Referência ao diálogo entre o viajante e o imperador, sobre a inexistência das cidades descritas pelo primeiro, em: CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p. 58.

recidos. Qualquer um tem o direito democrático de produzir ficções (fazer literatura) e ser bem ou mal sucedido apenas em termos de jogadas mercadológicas e/ou comunicacionais. Os exemplos pululam por aí. Qualquer um de nós tem até o direito de, da nossa residência, por telefone, decidir pelo voto entre alternativas e no instante, como será o final de uma narrativa escrita pelo roteirista de TV. E para vê-lo no ar minutos após o nosso voto.

Assim, a história que qualquer um se julga no direito de *inventar* ou nela intervir pode estar deixando de ser interessante, de despertar a curiosidade dos outros, pois cada indivíduo acaba sendo “capaz” de produzir ficções (para não dizer poesia) e, nesse aspecto, todos se igualam. O ato de fazer literatura “do nada” se banaliza, e parte-se em busca do consagrado pelo coletivo, com base no real/socialmente mitificado/ historicamente vivido – a História literarizada.

Quanto à preferência do leitor pelo romance histórico como substituto do *best-seller* norte-americano ruim, creio que deva ser encarada de outra maneira. Em minha opinião, os públicos é que são diferentes. Os leitores de romances históricos tendem mais para o acadêmico, o institucional escolar e o *midcult*. A esses, seguramente o referido *best-seller* não agrada.

José Orlando Pinto da Cunha, da Editora Lê, que tem uma coleção chamada “Romances da História”, informa que o projeto editorial partiu da verificação de que a biografia tinha boa aceitação e, portanto, a romanceada teria mais ainda.

Convém observar que esses romances foram encomendados a escritores de renome, alguns nunca tendo escrito romances, como foi o caso de Paschoal Motta, que publicou na coleção o supertrabalhado *Eu, Tiradentes*. E quando foram feitas as encomendas? Por ocasião das comemorações do bicentenário da Inconfidência Mineira. Suas temáticas voltam-se preferencialmente para episódios e personagens ligados ao movimento, possuindo uma nítida conotação didático-pedagógica, de celebração, para atingir a uma significativa fatia do mercado. Somente a Editora poderia fornecer dados avaliativos sobre o sucesso do projeto, ontem e hoje, pois já tem romances em segunda edição.

Luiz Schwarcz, da Companhia das Letras, reconhecendo a internacionalidade do *boom*, lembra que, no Brasil, foi o *Boca do Inferno* de Ana Miranda que abriu as portas para essa espécie de romance. Reconhece também que a espécie intenta o resgate da memória nacional, o qual talvez esteja ligado a certa desesperança quanto ao futuro do País.

O que se poderia indagar é qual memória nacional tais romances estão resgatando, para vinculá-los à desesperança futura. Via de regra, seus heróis tipicamente brasileiros são heróis fracassados. Dentre os episódios históricos romanceados predominam os do Brasil-Colônia; portanto, fazem parte da opressão/repressão política, e muitos de seus personagens são agentes do poder repressor.³ Nesse sentido, o romance viria ratificar e historicizar a

³. Vale a pena mencionar mais alguns desses romances recentes “coloniais” e sua temática: *O retrato do rei*, de Ana Miranda (a Guerra dos Emboabas e o desaparecimento do retrato de D. João V); *Boca de chafariz*, de Rui Mourão (a Ouro Preto da Inconfidência contrapontada com a de hoje); *A barca dos amantes*, de Antônio Barreto (o amor de Tomás Antônio Gonzaga e Maria Dorotéia Joaquina de Seixas); *Fogo verde*, de Duílio Gomes (Fernão Dias Paes Leme); *A dança da serpente*, de Sebastião Martins (Bárbara Heliodora); *Josefa do Furquim*, de Vera Telles (a conquista e o povoamento de Minas Gerais no século XVIII); *Nassau, sangue e amor nos trópicos* (sobre os antecedentes da Invasão Holandesa de 1630 à morte de Maurício de Nassau); *Tiradentes* (a trama da maçonaria para salvar o herói da forca) e *Villegagnon* (os franceses no Rio de Janeiro em 1555 e seu vice-almirante Villegagnon) – os três de Assis Brasil; *1591, a Inquisição na Bahia e outras histórias*, de Nelson Araújo.

desesperança e, ao invés de resgatar a memória nacional, serviria de consolação à desesperança do presente e até mesmo a do futuro. No final das contas, talvez se esteja, mais uma vez, reconstruindo o velho ao invés de construir o novo...

A Profa. Teresa Cristina Cerdeira da Silva, pesquisadora de José Saramago, diz que o romance histórico se liga ao fascínio pela leitura da Nova História, que tem nesta o seu Outro, o seu objeto de desejo.⁴ E também por razões políticas: O Brasil passou por épocas em que pensar a História seriamente foi impossível. Agora, o resgate está sendo feito, tanto pela História quanto pela Arte.

A fala de Cristina da Silva relaciona psicanálise e política. O nosso Outro/objeto desejante é imune a juízos morais porque vivido no imaginário, na fantasia. Nesse campo, tanto posso viver a infeliz noiva pré-romântica Marília de Dirceu quanto a rainha louca Maria I. Entretanto, esse encantamento pela Nova História apreendida na leitura de romances corre o risco de conduzir o leitor a equívocos, na medida em que ele possa tomar como reais, e documentadamente acontecidos, fatos ou suas interpretações que não passam de ficções literárias que recheiam os episódios históricos. Esquecendo-se de que historiador é uma especialização profissional que não se confunde com a atividade do escritor que pesquisa. Do ponto de vista político, a plena democracia permite hoje pensar a História através de diferentes manifestações culturais e artísticas, sem patriotadas ufanistas como nos regimes anteriores. Nesses, o obscurantismo não somente confundia o factual com o ficcional, tomando romances e contos como retratos fiéis da realidade que não podia ser (d)enunciada, como também determinava os limites dos enunciados e enunciações literários através da censura prévia. Hoje, na democracia plena, corre-se o mesmo risco da mistura. Contudo, sem qualquer censura.

O historiador e autor de um romance histórico, Joel Rufino dos Santos,⁵ emite uma opinião de destaque. Diz ele que a História como Ciência perdeu a credibilidade, dado o refluxo do marxismo e do materialismo histórico no mundo, bem como a falta generalizada de estudos precisos de sociologia sobre o Brasil. Daí as pessoas procurarem narrativas “verdadeiras”, que preencham as lacunas deixadas pelas Ciências Humanas.

Sem discordar da avaliação de Rufino dos Santos, não vejo como vinculá-la ao sucesso do romance histórico, pois somente uma parcela mínima de seus leitores tem consciência de perceber as relações de causa e efeito apontadas pelo historiador-romancista. Da mesma forma, a falta de estudos sociológicos não atinge à quase totalidade dos leitores. Portanto, eles não estariam trocando leitura científica por ficção que aborda o mesmo tema.

Do exposto, pode-se perceber que os entrevistados revelam ter um ponto comum: o alto cacife do romance histórico se justifica na busca da identidade

⁴ Lembro que, segundo Peter Burke, não é fácil definir categoricamente a Nova História. Entretanto, ele a distingue da antiga história por seis pontos. A Nova História: 1. Interessa-se por toda a atividade humana, e não apenas pela política; 2. Preocupa-se com a análise das estruturas, e não dos acontecimentos; 3. Oferece uma visão de baixo, isto é, das pessoas comuns e suas experiências das mudanças sociais, em contraposição à visão de cima da antiga história, que só privilegia os grandes homens; 4. Examina outros tipos de evidência, e não somente os documentos; 5. Enfatiza a pluralidade causal; 6. Valoriza a subjetividade em detrimento da objetividade. (BURKE, Peter. Abertura: A Nova História, seu passado e seu futuro. In: _____, org. *A escrita da História*. São Paulo: UNESP, 1991. p. 7-37.

⁵ SANTOS, Joel Rufino dos. *Crônica de indomáveis delírios*. Rio de Janeiro: Rocco, 1991. O romance tematiza Napoleão exilado na Ilha de Santa Helena influenciando na Revolução Pernambucana de 1817 e na Rebelião Malês da Bahia.

nacional. Como essa identidade é construída nesses textos, na ótica do autor, e como ela é recebida pelo leitor, é coisa que está à espera de pesquisas.

Essas questões opinativas sobre as causas do novo romance histórico conduzem necessariamente a um desdobramento no âmbito da Literatura Comparada: as relações entre Literatura e História. Ou, por outra: como, porque e para que os romancistas transformam o factual em ficcional. Em curso que ministrei na pós-graduação em Letras da Universidade Federal de Minas Gerais no segundo semestre de 1994, foram analisados cinco romances, com a perspectiva de detectar os procedimentos pelos quais os escritores se apropriaram de situações concretas do *possível* no terreno da micro-história, ou de *fatos* registrados pela macro-história do Brasil-Colônia, para produzirem romances onde se articulam História e Ficção, com efeitos e funções bem delineados.⁶ Esses efeitos e funções foram definidos da seguinte forma:

- A recuperação histórico-antropológica do Brasil ágrafo pré-cabralino em José de Alencar, visando à fixação dos pilares da construção da nacionalidade no período imediatamente posterior à Independência Política.

- A permanência de um eu indigenizado no ofício de um sujeito-escritor, nas Alagoas dos princípios do século XX, em Graciliano relendo Alencar, com a intenção de retratar a fixação do primitivismo indianista nas mentalidades regionais.

- A celebração histórico-literária da vida do herói máximo da História do Brasil – Tiradentes – em Paschoal Motta, com vistas ao didatismo da História através da Literatura, como parte de um projeto editorial comemorativo do bicentenário da Inconfidência Mineira.⁷

- A construção da figura de Bárbara Heliodora, amante/esposa do infidèle Alvarenga Peixoto, integrada no mesmo projeto do anterior e também visando ao didatismo do “bom” feminino: a perfeição da filha, da amante, da esposa, da mãe e da companheira política.

- A invenção de Adma, “turca” feia, matriarca e castradora de toda uma família, porém comerciante – objeto do desejo matrimonial de dois imigrantes árabes que buscam o enriquecimento fácil na zona cacaueteira, mulher que se transforma após a entrega amorosa. O “romancinho”, conforme o designa Jorge Amado, também faz parte de um projeto editorial coletivo de celebração do quinto centenário da chegada de Colombo à América. Tendo sido escrito para tradução em várias línguas e para leitura em vãos internacionais, a narrativa trata de nova descoberta/conquista da América, pela via da paródia, da comicidade e do erotismo.

Observamos como a construção de uma identidade nacional perpassa pela constante presença do indianismo, de que todos “descendemos”; pela frustrada conjuração mineira, na medida em que se renega o português que nos descobriu e explorou; e pela imigração, que nos ensinou a trabalhar e contribuiu com o aumento de nossa riqueza. O discurso dessa identidade

⁶ Os romances estudados foram: *Ubirajara*, de José de Alencar; *Caetés*, de Graciliano Ramos; *Eu, Tiradentes*, de Paschoal Motta; *A dança da serpente*, de Sebastião Martins; *A descoberta da América pelos turcos*, de Jorge Amado. Outros textos literários que serviram de apoio: *Iracema*, de José de Alencar; *Boca do Inferno*, de Ana Miranda; *Rei branco, rainha negra*, de Paulo Amador; *A barca dos amantes*, de Antônio Barreto; *Bernabé, Bernabé!*, do uruguaio Tomás de Mattos e *Rubaiyat*, de Omar Khayyam.

⁷ Outras questões relativas ao tema estão esboçadas em MALARD, Letícia. Tiradentes, o Super-Homem. In: _____, org. *A ficção mineira hoje: Romances da Inconfidência*. Belo Horizonte: *Cadernos de Pesquisa do NAPq/FALE/UFMG*, n.º 18, nov. 1994, p. 7-20.

coloca a etnologia a serviço da política e do expansionismo de outros mundos sobre nossa terra e nossa gente, fazendo com que o Brasil, com os primeiros e os últimos brasileiros, esteja em eterno processo de “descobrimento”.⁸ Vejamos, a título de exemplo, o caso do indianismo via síntese crítico-analítica dos romances de Alencar e de Graciliano.

No caso de *Ubirajara*: Apesar de não ter designado o seu romance de “histórico” e sim de “lenda”, talvez pelo fato de reconhecer a impossibilidade de se fazer romance histórico *stricto sensu* focalizando sociedades ágrafas, Alencar inventa uma narrativa intermediária entre a História e o Mito, utilizando-se dos estudos antropológicos à disposição em sua época.⁹ Literarizando os antecedentes da História do Brasil, incorporando linguagens e arquétipos das comunidades primitivas da América, o escritor constrói uma narrativa em que, além de mitificar o elemento autóctone que participará mais tarde da constituição da “raça” brasileira, prepara o terreno para o estabelecimento pacífico da colonização, culminando com a união harmoniosa das três raças formadoras da Nação.

O herói Ubirajara conquista e pacifica o território inimigo, unindo duas nações indígenas mediante a aliança matrimonial com duas mulheres, uma de cada nação. Essa inventividade histórica anterior ao achamento da terra acaba por legitimar ideologicamente a colonização iniciada de imediato, em que o herói português, simbolizado em Cabral, conquista a terra achada e lhe impõe a sua cultura mediante a aliança da miscigenação, para dar origem a uma “raça” sem a marca da violência do colonizador nem do colonizado.¹⁰

No caso de *Caetés*: relendo os *carapetões* de Alencar e Gonçalves Dias aprendidos na escola primária, Graciliano/João Valério, nos primórdios do modernismo antropofágico em suas repercussões no Nordeste, desvela a permanência da mentalidade caeté na sociedade brasileira. A micro-história possível da cidade de Palmeira dos Índios corre entrecruzada com o romance histórico impossível dos Caetés. Ao tentar, inutilmente, escrever a história dos índios que habitaram a região desde o período pré-cabralino, Valério, o escritor frustrado, acaba escrevendo a versão moderna desses índios – os habitantes da cidadezinha – da qual é protagonista incapaz de assumir a alteridade caeté, ainda que a anteveja em outras personagens.¹¹

Na leitura de Luiz Costa Lima, Graciliano se coloca na encruzilhada do imaginário com o documental. Há poucas passagens em *Caetés* em que o escritor ultrapassa a mera documentação das aflições do medíocre narrador (a da náusea e do grotesco da procissão, p. ex.), diz Costa Lima. Se o romance (de Graciliano e de Valério) fracassa, é devido ao veto ao ficcional, à incompetência para viver a alteridade do caeté.¹²

Assim, a miscigenação idealizada pacificamente, porque através de alianças (que ficará mais evidenciada em *Iracema*, apesar de preparada me-

⁸. Só falta aparecerem romances “econômicos”, de descobrimento do paraíso dos juros para os capitais especulativos, como se está presenciando nesta metade de década 90.

⁹. Viu-se a influência de *O Brasil e a Oceania*, de Gonçalves Dias, na configuração dos índios.

¹⁰. Para uma análise nessas coordenadas comparada com *Iracema*, ainda que muito marcada pelo estruturalismo, ver MALARD, Leticia. Relações entre o homem e a terra no romance de Alencar. In: _____. *Escritos de literatura brasileira*. Belo Horizonte: Comunicação, 1981. p. 99-113.

¹¹. A configuração das personagens do romance dentro do romance como índios caetés está em MALARD, Leticia. *Ensaio de literatura brasileira: Ideologia e realidade em Graciliano Ramos*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EDUSP, 1976. p. 30-41.

¹². LIMA, Luiz Costa. Graciliano Ramos e a recusa do caeté. In: *Sociedade e discurso ficcional*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986. p. 220-42.

taforicamente em *Ubirajara*, com a união das tribos sacramentada pelo matrimônio com as duas mulheres, uma de cada tribo) é desconstruída por Graciliano. Sua personagem/escritor, mesmo incompetente para viver a alteridade do caeté conforme Costa Lima, reconhece a tatuagem do selvagem inscrita indelevelmente na “alma” do palmeirense (do brasileiro), tal como as digitais de sua identidade. João Valério, que no final do romance se reconhece como *um caeté de olhos azuis, que fala um português ruim*, é a metáfora do brasileiro vivenciando na fantasia, plenamente, sua identidade: “civilizado” na aparência e “selvagem” (indianizado) na essência. Logo, no grau zero da miscegenação, se se entende ser esta muito mais que um mero ultrapasse da união sexual procriativa.

É claro que o dito acima não passa de construções/desconstruções ficcionais da ciência (antropológica), pois essa é uma das funções da Literatura. Se é certo que, nos parâmetros da realidade, somos seres absolutamente “civilizados”. os Tupis estão para nós como os Vikings estão para os escandinavos. Só a Literatura é livre para dizer isso.

